

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA *

Alice Yatiyo Asari **

RESUMO

Discute-se a formação do professor de Geografia no contexto do papel exercido pela Educação como um processo global.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, conhecimento, função ideal da universidade, licenciatura, bacharelado, currículos, sociedade, extensão.

THE FORMATION OF A PROFESSOR OF GEOGRAPHY

ABSTRACT

Discuss the formation of teacher of Geography in the context of role exercised by Education as a global process.

KEY-WORDS: Education, knowledge, ideal function of university, licentiatehip, bachelorhip, curriculum, society, extension.

1. INTRODUÇÃO

O tema "A formação do professor de Geografia", leva-nos a refletir sobre questões polêmicas como por exemplo:

- que profissionais queremos e/ou devemos formar?
- que Geografia necessitamos?
- para que e a quem serve a Geografia?
- que sociedade queremos?

Estas reflexões são indicações de que antes de tratarmos da questão específica da formação do professor de Geografia, há que se discutir o PAPEL exercido pela Educação como um processo global, as ATRIBUIÇÕES da Universidade como a entidade que mantém o 3.º grau, onde se processa o produto da escola de 1.º e 2.º graus, para então nos adentrarmos nos aspectos teórico-metodológicos da Geografia, que nos encaminharão para a Geografia que deverá ser dada para preparar geógrafos, profissionais com competência para pensar, praticar e produzir Geografia.

2. O PAPEL DA EDUCAÇÃO COMO UM PROCESSO GLOBAL

São sábias as palavras de Freire (1981:68), quando afirma que "para os seres humanos, como seres da *praxis*, transformar o mundo, processo em que se transforma também, significa impregná-lo de sua presença criadora, deixando nele as marcas de seu trabalho". É nessa linha de idéias que concebemos a Educação, na medida em

* Trabalho apresentado no Encontro Estadual de Professores de Geografia/Curitiba, outubro de 1985.

** Docente do Departamento de Geociências do Centro de Ciências Exatas da Universidade Estadual de Londrina.

que dá-se a ela o *poder* de transformar o mundo, ao mesmo tempo em que o próprio *HOMEM* também se lança nesta aventura para a criação, para a produção do viver.

Se partirmos deste princípio, concebemos também que o tempo investido para nos apropriarmos do saber não é apenas do homem, mas sim de uma sociedade toda. Não devemos portanto, aceitar passivamente que para o homem há um lugar já destinado na sociedade, pois em assim agindo continuaremos a ter na educação um instrumento essencial que contribui para a perpetuação de conceitos, perspectivas e valores sobre os quais se mantém o poder das classes dominantes.

A ESCOLA deve permitir ao indivíduo vê-la não como sendo estática nem intocável, pois a forma que ela assume em cada momento é sempre "resultado precário e provisório de um movimento permanente de transformação, impulsionado por tensões, conflitos, esperanças e propostas alternativas". (Harper, 1984:107). Retomamos então a proposta do dinamismo que rege as questões atinentes à Educação.

A nossa proposta de Educação como um processo global envolve a escola, seus professores e alunos, que conjuntamente procurarão uma relação mais autêntica e dinâmica, procurando recuperar a criatividade, a autonomia, o *prazer* em busca de elementos para que se dê a modificação do processo educativo, para que o conhecimento, ao invés de ser transmitido simplesmente pelo professor ao aluno, passe a ser o resultado também de pesquisas, experiências vividas, discutidas, analisadas e principalmente acompanhadas de um profundo senso crítico.

Este primeiro passo levar-nos-á a outras etapas, como por exemplo, a execução do Projeto de mudança da sociedade, em que os atores dessa transformação seríamos todos nós, sendo a escola uma peça do empreendimento, pois mudando a escola também estaremos ajudando a mudar a sociedade.

É de suma importância então a constatação de que uma maneira de agir e de pensar pode levar-nos a viver uma outra educação que não seja mais o monopólio da instituição escolar e de seus professores, mas sim uma atividade permanente, assumida por todos os membros de cada comunidade e vinculada a todas as dimensões da vida cotidiana de seus membros.

3. AS ATRIBUIÇÕES DA UNIVERSIDADE

O relatório da UNESCO de 1968, que se reporta ao "Acesso ao Ensino Superior do ponto de vista das necessidades atuais e previsíveis do desenvolvimento da coletividade", mostra-se ainda atual ao afirmar que:

"O conceito de *função ideal da universidade* supõe entre outras coisas, a existência de uma relação de causa e efeito, entre as capacidades que os estudantes adquirem na Universidade e a influência que eles poderão exercer, depois de terminarem seus estudos, sobre o desenvolvimento econômico, político, social e cultural da sociedade. (...) É preciso que se estabeleça, em princípio, que toda política de organização do acesso ao ensino superior deve dar o poder de verificar que os jovens admitidos nos estabelecimentos pertinentes possuem um conjunto de qualidades, ou mais exatamente, de aptidões, próprio a fazer deles os melhores candidatos para o cumprimento das difíceis tarefas que a sociedade fixou. Do ponto de vista econômico e social, a tarefa

mais importante do ensino consiste não apenas em formar o número desejado de diplomados para todos os setores da atividade econômica e social, mas também em fazer com que eles possuam os conhecimentos e as competências técnicas desejáveis, que suas motivações sejam boas e que compreendam as realidades sociais. (...) Se a política do ensino quer orientar-se no sentido da economia, e, disciplinar, eficazmente, as diversas forças sociais e econômicas em causa, no processo de educação, é preciso que ela revise e reajuste seus métodos, inspirando-se nas realidades da vida sócio-econômica”.

Teoricamente esta afirmativa mostra-se bastante coerente, visto que, espera-se dos graduados da Universidade, a competência, a capacidade para exercer, adequadamente, as atividades para as quais se preparam. Porém, o que ocorre nas sociedades, como as nossas, que se modificam rapidamente? O que dizer das perspectivas atualmente existentes da especialização excessiva da formação, exigida pelo atual estágio técnico-científico do mundo contemporâneo?

Não seria importante, hoje, uma formação de base, no quadro de um domínio técnico determinado, mas largamente traçado, conferindo aos diplomados universitários uma polivalência e uma capacidade de adaptação que são indispensáveis em nossa época de modificações rápidas? Não seria importante que os nossos alunos aprendessem a utilizar conhecimentos, que permitissem resolver os problemas e adequassem métodos apropriados para que pudessem dominar assuntos pertinentes?

Portanto, a Universidade deveria agir como um trampolim para a educação permanente, isto é, que fosse dada a condição e a chance para que o homem, independente da idade, possa fazer estudos, dos mais variados tipos: *de base, complementares, de reciclagem, atualização*, e que esta seja norma dentro da sociedade. Daí, a necessidade da Universidade não permanecer fechada em si mesma, abrindo-se para a comunidade, seja prestando serviços aos menos aquinhoados e em áreas não atingidas pelos demais segmentos, seja transferindo ciência e tecnologia gerados pelos seus professores-pesquisadores para a sociedade, tendo em vista sempre a busca de interação com o meio em que se insere.

Mister se faz então, que também os professores universitários conheçam e vivifiquem a realidade contida nas salas de aula do ensino de 1.º e 2.º graus, acompanhando a prática profissional do seu graduado, de forma a subsidiar as reformulações que devem ocorrer no Curso de Licenciatura, além do que a realimentação constante deve ser realizada para que haja o fortalecimento do ensino em seus diferentes níveis.

Sob esta ótica, visualizamos a Universidade como o fórum de discussões, a base de geração de novas tecnologias, de busca de novos pontos de vista e principalmente o espaço onde se estabelecem as bases para uma sociedade mais justa e mais consciente, através de reflexões, debates, criando, recuperando assim a capacidade do homem em se transformar e ser ele próprio, o agente de transformação de uma realidade.

Em suma, há um desafio imenso para que se modifiquem as condições denunciadas pelo filósofo José Arthur Gianotti (VEJA, n. 885-21.08.85) quanto ao ensino superior brasileiro: “(...) a Universidade virou um enorme MOBIL; com as festeadas exceções de sempre, os professores não querem ensinar, os alunos não querem aprender e a burocracia ocupa espaço nesse vazio”.

Neste ponto cabe a referência para duas propostas: uma do IV Seminário Nacional de Reforma Universitária (julho/85) e a outra resultante dos debates para a sucessão do Reitor da Universidade Estadual de Londrina, discussões estas realizadas pelos segmentos: docentes, alunos e funcionários.

Em 30 de julho de 1985, no encerramento do IV Seminário Nacional de Reforma Universitária, reunindo 538 diretórios e centros acadêmicos, realizado em São Paulo, no Centro de Convenções Anhembi, concluiu-se que "há necessidade de se lutar pela Reforma Universitária, imposta não pelas entidades estudantis, mas pela realidade triste com que se depara nosso ensino superior: uma realidade marcada pela insuficiência aguda de recursos, pela evasão escolar, pelo autoritarismo, e, pelo alheamento em relação aos problemas do país".

A CARTA DE SÃO PAULO, constando as propostas aprovadas em julho/85, no seminário em referência, abrangeu os aspectos referentes a objetivos, currículos, pesquisa e extensão:

OBJETIVOS:

"A Universidade democrática e progressista do Brasil precisa ser um centro de transmissão dos conhecimentos mais avançados, preservando-se a QUALIDADE tão duramente golpeada nos últimos anos. Deve também dedicar-se intensamente à ampliação das fronteiras do conhecimento humano, deixando de se situar apenas em reprodutora dos conhecimentos já adquiridos".

CURRÍCULOS:

"As propostas são no sentido de que há que se proceder a uma completa reformulação dos currículos. Em todas as áreas do conhecimento a formação de profissionais tem se orientado para o atendimento à reduzida parcela da população que hoje pode ter acesso aos serviços oferecidos por profissionais universitários. Estimula-se a especialização na maior parte das vezes em disciplinas que não correspondem às verdadeiras necessidades nacionais. O resultado é que os investimentos feitos pela população revertem em benefício de uma minoria.

Nas áreas onde houver condições e amadurecimento devem ser formadas desde já comissões para a reformulação dos currículos, de que participem estudantes, professores e profissionais.

PESQUISA:

"As verbas destinadas à pesquisa precisam ser distribuídas de acordo com as necessidades nacionais. Uma forma válida de fazê-lo é a criação em cada Universidade, de Centros de Pesquisa, em que participem representantes dos segmentos universitários e da população, discutindo e decidindo de forma transparente quais as prioridades no investimento de recursos".

EXTENSÃO:

"A Reforma Universitária precisa reformular os programas de extensão em nosso ensino superior. O enfraquecimento e o abandono destes programas representa sério prejuízo às Universidades, já que as priva de um contato mais intenso e regular com os problemas da população. Este contato pode em muitos casos incluir a reformu-

lação de currículos e programas de pesquisa, aproximando-os das necessidades da população.

As universidades devem criar também mecanismos para que a participação em programas de extensão seja incluída e valorizada nos currículos de professores e estudantes. E na definição destes programas deve haver participação estudantil, o que será alcançado através da democratização das respectivas unidades (coordenadorias, pró-reitorias, etc)''.

A Universidade Estadual de Londrina vive hoje (out.85) um período eleitoral. Das propostas emanadas pelos Departamentos, entidades (representativas de docentes, alunos e funcionários) e aprovadas em assembléia, achamos que deve ser apresentado neste Encontro, o programa mínimo referente a ENSINO, PESQUISA e EXTENSÃO. São os seguintes, os pontos principais, que acreditamos, podem ser extensivas a outras unidades de ensino superior:

- (a) definição de política integrada de ensino, pesquisa e extensão, para a graduação e pós-graduação, segundo critérios sociais;
- (b) definição de política de pesquisa e extensão, conforme necessidades e potencialidades locais e regionais, segundo critérios sociais;
- (c) coordenação das atividades de pesquisa e de extensão com o objetivo de estimular o interesse dos professores, de utilizar o potencial da universidade e de permitir a definição de prioridades para o desenvolvimento de uma política de capacitação;
- (d) concessão de bolsas-trabalho e de bolsas-pesquisa para estimular a participação de alunos em pesquisa e extensão;
- (e) fixar prioridades para pesquisa e extensão conforme objetivos sociais e mediante amplo debate com a comunidade interna e externa, preservando a autonomia do pesquisador e criando mecanismos alternativos de captação de recursos para o desenvolvimento do projeto;
- (f) valorização da pesquisa e da extensão, destinando recursos adequados para a pesquisa e substituindo o pragmatismo tecnocrático de extensão por uma política humanista;
- (g) definição de política adequada de capacitação docente, com a reestruturação do Quadro de Carreira Docente;
- (h) definição de política de Arte e Cultura, dinamizando a Casa da Cultura, formando grupos locais e regionais e preenchendo o espaço artístico-cultural;
- (i) instalação de rádio universitária com horários exclusivos para as entidades representativas;
- (j) criação de fazenda experimental.

Portanto, são justas as propostas e os programas apresentados, visto que, além do Ensino, busca-se a interação com a Comunidade, a partir do desenvolvimento de potencialidades locais e regionais, que vão se somar às propostas apresentadas no Seminário Nacional de Reforma Universitária.

Há necessidade, e, em caráter urgente, que se faça a execução das propostas apresentadas.

Um outro documento que trata do ensino de 3.^o grau, é o produzido pela COMISSÃO NACIONAL DE REFORMULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, que no final de 1985, apresentou subsídios à "formulação de uma política para a educação superior", documento este que está sendo objeto de discussão e mobilização em torno dos grandes problemas do ensino superior, do qual deverá resultar uma nova política que possa ser conduzida com amplo apoio da comunidade universitária e do resto do país.

3. GEOGRAFIA E SOCIEDADE

Neste ponto é pertinente fazer considerações sobre:

- de que Geografia necessitamos?
- para que e a quem serve a Geografia?
- que sociedade queremos?

Estas três questões mostram-se altamente relevantes, visto que nos remetem às considerações teórico-metodológicas da ciência geográfica. Lembremos que a Geografia, desde a sua sistematização no século XIX, passou por algumas fases que têm profunda ligação com os momentos sócio-econômico-políticos porque passaram os países do Ocidente.

A Geografia apresentou desde seus primórdios, contradições/dualidades que interferiram na evolução do pensamento geográfico, as quais dizem respeito à existência de uma Geografia Geral e Regional, Geografia Física e Humana. Nestas, persistem as discussões acerca da escala e do objeto que tem permeado todo o debate filosófico-metodológico da Geografia como ciência.

O correto é que, desde a sistematização da Geografia, esta se baseou principalmente no positivismo para justificar seus princípios, suas normas e seus caminhos, com enfoques, roupagens novas, mas de conteúdos tradicionais. Vejam-se as referências mais recentes da Geografia Quantitativa ou Teorética, a Geografia Comportamental, a Geografia Sistêmica. Todo um instrumental moderno é utilizado (computadores, por exemplo), porém, na base, continua com a tônica descritiva e empirista, sem se posicionar por uma *transformação da realidade social*, não pensando o seu saber como uma arma para o desencadeamento desse processo. Persistia a alienação perante a realidade constatada, não visualizando as contradições e as máscaras que se interpunham, produzindo apenas meras descrições da vida regional.

Hoje, o pensamento geográfico vivencia um processo de renovação bastante amplo, procurando valorizar a Geografia e o papel do geógrafo, e, tendo a consciência de que é necessário romper-se com os trabalhos descritivos, com exaustivas enumerações, com aquela rotulação de *saber inútil* ao se decorar os afluentes da margem esquerda do Rio Amazonas ou de colorir mapas, sem nenhuma explicação para a sua necessidade. Este processo de renovação abre novas perspectivas para o geógrafo.

Portanto, retomando os pontos antes referenciados, evidencia-se que necessitamos de uma Geografia que, com suas diferenciadas orientações, "assuma uma

perspectiva popular, a da transformação da ordem social". (MORAES, 1981:127). Busca-se uma Geografia mais generosa e um espaço mais justo, que seja organizado em função dos interesses dos homens!

4. QUE PROFISSIONAIS QUEREMOS E/OU DEVEMOS FORMAR?

Os itens anteriores resgataram questões julgadas de extrema necessidade para avançarmos na problemática central: *A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA*. Esta se torna mais polêmica, quando acrescentamos que é necessária uma adequada articulação entre o ensino de 1.^o/2.^o graus e o 3.^o grau, pois dependerá deste fator, igualmente, a eficiência e o rendimento dos três níveis de ensino, portanto, sem atribuir a um ou outro uma importância maior no processo educacional.

Acreditamos que os três níveis de ensino possuem pesos iguais na formação do educando. Porém, ao constatar que o ensino como um todo está em crise, que medidas o educador deve tomar? Todas as frentes devem ser atacadas, porém, caberá ao 3.^o grau esta coordenação, visto que, como nos referimos anteriormente, cabe à Universidade, atividades vinculadas à pesquisa e à extensão, além do ensino. Na extensão seriam levados aos professores saídos das Universidades e que estão exercendo atividades profissionais, cursos de atualização e oportunidades de discussão dos novos caminhos e dos instrumentos da ciência geográfica, gerados pela pesquisa ou por contatos com outros centros universitários.

Em resumo, esta é a questão que iremos abordar: como é a formação do professor de Geografia? Que experiência pode a Universidade passar aos seus alunos?

A questão que se coloca é referente ao currículo, porém, ressaltamos que este não é analisado dissociado da problemática educacional como um todo, da postura filosófico-metodológica da ciência geográfica e do tipo de profissional que deverá ser formado. Assim é que estaríamos extrapolando as atribuições dadas pelo Grupo de Consultores do MEC/SESu (1983:15), que pensa o currículo como "um corpo orgânico de procedimentos e atividades a serem desenvolvidas pelo professor e pelo aluno baseado em um suporte teórico que permita uma fácil legibilidade pelos que o irão executar, possibilitando, desse modo, a existência de um equilíbrio entre a teoria que o embasa e as condições reais de seu desenvolvimento".

Analisando as propostas do Grupo de Consultores do MEC/SESu, verifica-se que há uma relativa concordância em relação às diretrizes propostas quanto:

- (a) a manutenção de um curso único de Geografia, mas que permita ao estudante, após uma base geográfica comum, optar pela licenciatura ou pelo bacharelado, ou ainda obter os dois diplomas;
- (b) a realização do estágio supervisionado para alunos de licenciatura e bacharelado;
- (c) a elaboração de trabalho de graduação;
- (d) a necessidade de embasamento teórico e de aulas práticas, não dissociado da pesquisa".

Quanto ao licenciado, especificamente, além das matérias pedagógicas, deverão ser dadas algumas disciplinas consideradas relevantes e técnicas de instrumentação para o ensino.

No tocante aos programas das disciplinas de conteúdo geográfico, devem buscar a integração dinâmica dos fenômenos do social e do natural, lado a lado com uma postura crítica em relação aos tópicos abordados.

Neste ponto, cabe colocar como proposta de reflexão sobre a formação profissional em Geografia, o questionamento que Alves (1985) faz:

“O ensino é para ser avaliado de que jeito? Que é que se avalia nele? Em qual das partes se enfia o avaliador? É na chegada ou é na travessia? O que vale é o que acontece no fim ou o que acontece enquanto se está indo?”

Lembremos que na Educação — ao contrário de uma unidade de produção industrial que tem como produto final uma ferramenta, um equipamento —, tem no fim da linha de montagem chamada ESCOLA um PROFISSIONAL. Ambos, a ferramenta/equipamento e o profissional possuem uma única diferença: o primeiro é feito de metal e materiais assemelhados, enquanto o segundo é feito de CARNE e SANGUE.

Fica então a nossa interrogação: estamos formando ferramentas ou profissionais? Importa-nos o produto final ou o processo de produção (currículos, aulas, programas, provas)?

5. CONCLUSÕES

A formação do professor de Geografia deve implicar na criação de uma mentalidade diferenciada entre os professores, necessitando para tanto de se investir na sua melhor qualificação e na sua formação. Desta forma teremos as condições necessárias para a melhoria do ensino e conseqüentemente, haverá uma crescente valorização do professor.

Estes pontos referenciados poderão se tornar realidade na medida em que tenhamos resolvido os problemas referentes ao currículo, à relação professor/aluno, aos meios pedagógicos, enfim, que a prática educativa seja amplamente discutida e adequada às reais necessidades dos alunos, perante as ingerências que o mundo extra-acadêmico faz em relação à mão-de-obra qualificada que é preparada pelos estabelecimentos de ensino de 3.^o grau.

6. BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Rubem. **A escola deve ser avaliada de diferentes perspectivas.** in *Ciência e Sociedade/Folha de São Paulo*. 27.07.85.
- FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a liberdade.** 5. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. 149 p.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade.** 15. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984. 150 p.
- GIANOTTI, José Arthur. *Rev. VEJA*, Ed. Abril, n. 885, 21.08.85.
- JANNE, Henri. **A Universidade e as necessidades da sociedade contemporânea.** Fortaleza, Ed. UFC, 1981. 164 p.
- HARPER, Babette et alii. **Cuidado, Escola!** 15. ed. Brasiliense, S. Paulo, 1984. 117 p.

- LACOSTE, Yves. **A Geografia serve, antes de mais nada para fazer a guerra.** Lisboa, in. Editoriais, 1977.
- MARQUES DA SILVA, Arlete. **Educação: terra de ninguém.** São Paulo, Ed. Loyola, 1983. 188 p.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica.** São Paulo, HUCITEC, 1981. 138 p.
- MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia.** São Paulo, Brasiliense, 1981.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova.** S. Paulo, HUCITEC-EDUSP, 1984.
- SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia.** S. Paulo, Cortez Ed. 1984.
- RELATÓRIO MEC/SESu. **Projeto Diagnóstico do Ensino de Geografia.** 1984. Brasília.